Carlos Eduardo Cunha Martins Silva

**A difusão do medo e a banalização das
prisões provisórias: Quando a exceção
torna-se a regra do jogo**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador: Carlos Alberto Plastino Esteban

Co-orientador: João Ricardo Wanderley Dornelles

Rio de Janeiro
Outubro de 2011

Carlos Eduardo Cunha Martins Silva

A difusão do medo e a banalização das prisões provisórias: Quando a exceção torna-se a regra do jogo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Carlos Alberto Plastino Esteban

Orientador

Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof. João Ricardo Wanderley Dornelles

Co-orientador

Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof. Geraldo Luiz Mascarenhas Prado

Faculdade Nacional de Direito – UFRJ

Prof^a. Victoria-Amália de Barros Carvalho

Gozdawa de Sulocki

Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof^a. Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de
Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 11 de outubro de 2011

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Carlos Eduardo Cunha Martins Silva

Graduou-se em Direito pela UFF em 2006. Especialista em Criminologia, Direito e Processo Penal pela UCAM no ano de 2009. É advogado da Comissão de Defesa, Assistência e Prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil da Seção do Estado do Rio de Janeiro, do Instituto dos Defensores de Direitos Humanos e em causas particulares.

Ficha Catalográfica

MARTINS SILVA, Carlos Eduardo Cunha.

A Difusão do Medo e a Banalização das Prisões Provisórias: Quando a Exceção torna-se a Regra do Jogo / Carlos Eduardo Cunha Martins Silva; Orientador: Carlos Alberto Plastino Esteban – Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Direito, 2011.

189 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito.

Inclui referências bibliográficas.

1. Direito – teses. 2. Medo. 3. Criação de Subjetividade. 4. Exceção. 5. Controle Social. 6. Prisões Provisórias. I. Plastino, Carlos Alberto. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. III. Título.

CDD: 340

Dedico esta dissertação à minha mãe Heloisa Helena Cunha Martins, ao meu tio Samuel Cunha Martins, à minha avó Brandina Cunha Martins, aos inesquecíveis avós “postiços” Tsuyoshi Oura e Mitsuru Oura, *in memorium*, simplesmente porque tenho convicção de que onde estiverem, velarão por mim.

Dedico esta dissertação à minha companheira Nivea Oura Martins, amiga de todas as horas e momentos, em quem tive a sorte de encontrar um amor tão grande, o qual me levou a ter uma enorme vontade de compartilhar a minha existência ao seu lado.

Dedico esta dissertação a meu grande “pai” Beraldo Cunha Martins pelo amor e apoio incondicional em todos os momentos da minha vida e à minha “madrasta” Leonie Gutstein Brouck pelo suporte dado ao meu “pai” nos seus momentos de dificuldade.

Dedico esta dissertação aos amigos Diego Dias e Guilherme da Silva Gonçalves Cerqueira, bem como às suas adoráveis famílias, em razão da amizade, do carinho, da compreensão e da ajuda que me prestaram em um momento difícil da minha vida.

Dedico esta dissertação aos amigos queridos da UFF, da UCAM e da PUC-RJ pelas alegrias, pelos aprendizados, pelas dificuldades superadas e pela trajetória acadêmica que trilhamos juntos.

Dedico, por fim, esta dissertação a todos os presos provisórios, porventura, segregados nas carceragens do sistema Polinter, os quais me concederam a honra de ser seu advogado, dando-me oportunidade de lutar com afinco pelo desencarceramento dos mesmos.

Agradecimentos

Agradeço ao professor Carlos Alberto Plastino pela sua enorme generosidade em ter me acolhido como seu orientando e por todas as suas valiosas contribuições literárias, recomendadas ao longo de dois semestres do curso de Mestrado em Direito da PUC-RJ.

Agradeço professor João Ricardo Wanderley Dornelles pelas importantes contribuições literárias e pelo permanente incentivo na conclusão deste trabalho.

Agradeço à professora Victoria-Amália de Barros Carvalho Gozdawa de Sulocki e ao professor Diogo Rudge Malan por me propiciarem a oportunidade de iniciar na carreira docente, tendo o enorme prazer de auxiliá-los, ministrando algumas aulas de direito penal, processo penal e de prática forense penal, para os seus alunos de graduação na PUC-RJ.

Agradeço ao professor Geraldo Luiz Mascarenhas Prado o convite formulado, e prontamente aceito, para participar de seu grupo “As matrizes autoritárias do processo penal brasileiro: para além da influência do Código Rocco”, cujos encontros na FND da UFRJ sempre se mostraram bastante enriquecedores.

Agradeço à professora Gisele Cittadino, coordenadora do programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-RJ, e a todos os professores do programa, pelo apoio e suporte intelectual prestados ao longo do curso de mestrado.

Agradeço à CAPES, pela bolsa a mim concedida nos últimos 06 (seis) meses do curso de Mestrado em Direito da PUC-RJ.

Agradeço, por fim, aos imprescindíveis secretários do Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-RJ, Anderson e Carmen, por todo carinho, paciência, auxílio e gentileza.

Resumo

Martins Silva, Carlos Eduardo Cunha; Plastino, Carlos Alberto. **A Difusão do Medo e a Banalização das Prisões Provisórias: Quando a Exceção torna-se a Regra do Jogo**. Rio de Janeiro, 2011. 189p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Essa dissertação de mestrado analisa inicialmente como a incidência do discurso do medo na modernidade ocidental fez-se indispensável à constituição do sistema punitivo e à conservação social e econômica. Ademais, partindo desta constatação, indicamos os peculiares reflexos dos discursos do medo no continente americano atrelando-os à formação de um imaginário punitivo levado à efeito pela aplicação das prisões provisórias. Neste cenário, mencionamos também o papel da mídia, como um canal eficaz de propagação do medo e distorção da realidade, responsável pela criação de subjetividades punitivas que naturalizaram esta vertente de encarceramento representada pelas prisões provisórias. Ainda, historiando a virada do poder punitivo na modernidade ocidental, desde a aplicação dos suplícios à utilização da prisão, evidenciamos o grande estágio de policização da vida cotidiana, destacando, em particular, os fundamentais legais hábeis a possibilitar a incidência de uma prisão provisória, bem como a manifestação de um poder soberano em algumas decisões judiciais brasileiras envolvendo a aplicação/manutenção de prisões provisórias. Em decorrência disso, nós compreenderemos também uma exceção tendente à supressão dos direitos e das garantias fundamentais dos presos provisórios, tal qual uma consequente condição de invisibilidade jurídica que paira sobre eles. Por fim, apresentaremos algumas perspectivas contrárias ao encarceramento provisório em larga escala.

Palavras-chave

Medo; Criação de Subjetividade; Exceção; Controle Social; Prisões Provisórias.

Abstract

Martins Silva, Carlos Eduardo Cunha; Plastino, Carlos Alberto (Advisor).
**The Diffusion of Fear and the Trivialization of Provisional Prisons:
When the Exception becomes the Rule of the Game.** Rio de Janeiro,
2011. 189p. MSc. Dissertation – Departamento de Direito, Pontifícia
Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation of master's degree initially analyze how the incidence of discourse of fear in western modernity became indispensable to the constitution of punitive system and to the social and economic conservation. Moreover, from this observation, we note the peculiar consequences of discourses of fear in the American continent and tying them to the formation of an imaginary punishment carried out by the application of provisional prisons. In this scenario, also mentioned the role of media as an effective channel of spreading of fear and distortion of reality, responsible for the creation of subjectivities naturalized that this aspect of incarceration represented by the provisional prisons. Also tells the story turn of the punitive power in western modernity, from the application of the use of prison tortures, we noted the big stage policização of everyday life, highlighting in particular the key to enable the skilled legal incidence of a provisional arrest and as a manifestation of sovereign power in some brazilian judicial decisions involving the use/maintenance of provisional arrest. As a result, we also understand an exception tending to the suppression of rights and guarantees of fundamental temporary prisoners, like an invisible condition resulting legal hanging over them. Finally, we present some perspectives contrary to provisional imprisonment on a large scale.

Keywords

Fear; Subjectivity Creation; Exception; Social Control; Provisional Prisons.

Sumário

1. Noções introdutórias	10
2. Medo, controle social e conservação da ordem econômica: um diálogo mais que necessário	16
2.1. A contextualização histórica do medo a partir da modernidade ocidental	19
2.2. A participação do medo na construção do inimigo e na articulação do poder punitivo	26
2.3. A propagação do medo como meio de preservação da ordem econômica no capitalismo	44
3. A função do medo, a posição da mídia e a construção de uma subjetividade punitiva na formação do imaginário que circunda as prisões provisórias	56
3.1. A expressão atual do medo na sociedade brasileira considerando os reflexos da colonialidade na “América”	57
3.2. A contribuição da mídia na propagação do sentimento de medo que aplaca as múltiplas nuances da realidade	71
3.3. A análise do processo de produção da subjetividade punitiva que inaugura uma nova vertente de encarceramento	84
4. Poder soberano, exceção e vida nua no aprisionamento preventivo: A biopolítica da prisão sem pena pede passagem	97
4.1. A guinada do poder soberano na modernidade e a constituição da prisão como um mecanismo de administração dos “indesejáveis”	97
4.2. As motivações legais hábeis para a subsistência de um encarceramento provisório no contexto brasileiro	105
4.3. A “soberania” da magistratura criminal brasileira e a “exceção” nas suas decisões sobre prisão provisória como um meio eficaz de controle social	111
4.4. A determinação da “vida nua” no momento em que se admite uma prisão provisória carente de suporte legal	133
5. Considerações finais	142
6. Referências Bibliográficas	149
6.1. Bibliografia consultada	149
6.2. Decisões judiciais consultadas	156
6.3. Legislação consultada	159
7. Anexo	160

“Fazer política é passar dos sonhos às coisas, do abstrato ao concreto. A política é o trabalho efetivo do pensamento social: a política é a vida. Admitir uma quebra de continuidade entre a teoria e a prática, abandonar os realizadores a seus próprios esforços, ainda que concedendo-lhes uma cordial neutralidade, é renunciar à causa humana. A política é a própria trama da história.”

José Carlos Mariátegui

“A lei não se apóia na verdade, é necessária sem ser verdadeira, e toda garantia da lei tem o estatuto de um simulacro.”

Slavoj Žižek